

# **A DIFERENÇA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: UM OLHAR PARA AS VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

## **DIFERENCIA Y PROCESOS SUBJETIVOS: UNA MIRADA A LAS EXPERIENCIAS DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS**

## **DIFFERENCE AND SUBJECTIVATION PROCESSES: A LOOK AT THE EXPERIENCES OF UNIVERSITY STUDENTS**

**Lidiane Jaqueline de Souza Costa Marchesan\***

lidiane.marchesan@acad.ufsm.br

**Clarissa Faverzani Magnago\***

cfmagnago@gmail.com

**Sílvia Maria de Oliveira Pavão\***

silvia.pavao@ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

---

### **Resumo**

A apresentação desse estudo é de cunho qualitativo por meio de revisão bibliográfica. O objetivo foi de fortalecer e incrementar as reflexões e posicionamentos dos sujeitos em suas vivências no Ensino Superior, com a intenção de transformar o ambiente universitário num espaço para **ser** sem restrições das individualidades, no qual as diferenças e singularidades de cada um possibilitem a produção de subjetividades e processos emancipatórios. Para tanto, o principal aporte teórico foi baseado em González Rey, que trata da subjetivação e suas produções de sentido, como também valeu-se das contribuições do campo da Psicopedagogia. A análise da literatura consultada demonstrou que as diferenças entre as pessoas podem se direcionar ao binômio exclusão x inclusão e apresentam como possibilidade potencializadora a introdução das discussões sobre as diferenças, como tema transversal para os diferentes nichos educacionais em consonância com as concepções da Educação Inclusiva. Assim, entende-se que ter a subjetivação como principal elemento para a compreensão das diferenças, independentemente da forma com que ela se apresenta, pode reverberar como fontes de análises que priorizam a produção de sentidos e a visibilidade dos sujeitos a partir do conceito de sujeito-autor.

**PALAVRAS CHAVE:** Diferença. Inclusão. Estudantes Universitários.

### **Resumen**

La presentación de este estudio es de carácter cualitativo a través de una revisión bibliográfica. El objetivo fue fortalecer y aumentar las reflexiones y posicionamientos de los sujetos en sus experiencias en la Educación Superior, con la intención de transformar el ámbito universitario en un espacio de estar sin restricciones de individualidades, en el cual las diferencias y singularidades de cada uno

posibilitem la producción de subjetividades y procesos emancipatorios. Por tanto, el principal aporte teórico se basó en González Rey, que trata sobre la subjetivación y sus producciones de sentido, sino que también aprovechó los aportes desde el campo de la Psicopedagogía. El análisis de la literatura consultada mostró que las diferencias entre las personas pueden direccionarse al binomio exclusión x inclusión y presentarse como una posibilidad potencializadora la introducción de discusiones sobre las diferencias, como tema transversal para los diferentes nichos educativos en consonancia con las concepciones de la Educación Inclusiva. Así, se entiende que tener la subjetivación como principal elemento para comprender las diferencias, independientemente de la forma en que se presente, puede repercutir como fuentes de análisis que prioricen la producción de sentidos y la visibilidad de los sujetos desde el concepto de sujeto-autor.

PALABRAS CLAVE: Diferencia. Inclusión. Universitarios.

### **Abstract**

This work is a qualitative research accomplished through a state-of-the-art review. It aims to strengthen and increase the subject's reflections and positioning considering their experiences on high level courses intending to transform the university environment in a space to be without individuality restrictions, where personal differences and singularities make it possible the subjectivities production and emancipatory processes. In order to do that a theoretical analysis was based in studies published by González Rey where it is discussed the subjectivization and the senses productions, but also took advantage of the contributions to the psychopedagogy field. The analysis of the consulted literature showed that the differences among people can be directed to the ambiguity exclusion x inclusion and present as potentialization possibility an introduction about the discussions regarding the differences as a transversal theme to the educational niches aligned with the Inclusive Education conceptions. Thus, it is understood that, having the subjectivization as the main element to understand the differences, regardless of the way it is presented, it can reverberate as analysis sources that prioritize the production of meanings and the subject's visibility from the subject-author concept.

KEYWORDS: Difference. Inclusion. University Students.

---

## **1. Introdução**

A entrada na Universidade é um marco na vida do estudante, que apresenta vários desafios e processos de mudança. Desde aspectos relacionados à transição do ensino médio para o superior, que envolvem a modalidade e os hábitos de estudo, passando pelas transformações oriundas da necessidade de se distanciar do núcleo familiar para dar continuidade aos estudos, e mesmo, as vivências experimentadas no novo contexto social, são situações que exigem dos estudantes flexibilidade e disposição para aprender.

Sampaio e Santos (2017) e Coulon (2017) argumentam que a principal aprendizagem se refere aos novos códigos, funções e habilidades que precisam desenvolver para se sentirem pertencentes à conjuntura

acadêmica. Esse processo de afiliação, segundo Coulon (2008), passa pelos estágios de estranhamento, compreensão e atribuição de sentido às experiências e, por fim, sentir-se identificado e reconhecido com os demais participantes e a instituição.

Nem sempre essa tarefa é realizada com sucesso, repercutindo em processos de adoecimento na Universidade, que envolvem sofrimentos e psicopatologias, como depressão, ansiedade e sentimento de impotência diante do novo (SULKOWSKI; JOYCE, 2012).

Ademais, além das dificuldades já esperadas para a fase de inserção no Ensino Superior, os estudantes podem se deparar com um cenário de anulamento das diferenças ou, tão ou mais grave, com um olhar pejorativo e preconceituoso sobre elas, que podem desencadear em repetência, desistência do curso e evasão universitária.

Trata-se da exclusão que ocorre e persiste dentro do ambiente acadêmico, muitas vezes articulada ao âmbito cultural-ideológico, sendo circunscrita pela eliminação da expressão de valores pessoais, condutas e formas de ver e viver a vida ou por mecanismos que impedem os estudantes de se manifestarem (VASCONCELOS, 2019). Em outros casos, ela aparece por meio de preconceitos e rótulos motivados por quaisquer motivos, como ser pobre, estudante-trabalhador, negro, deficiente ou idoso, denunciando traços antigos e ainda incidentes sobre a história da exclusão e a lógica da padronização (VASCONCELOS, 2019; MAGNAGO; SCHMITZ; PAVÃO, 2021).

A temática discutida nesse artigo, é resultado das inquietações que emergem durante os estudos teóricos, realizados na linha de pesquisa Educação Especial, Inclusão e Diferença do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - RS. Pela presente revisão de literatura busca-se destacar as diferenças como produtoras de subjetividades ímpares, e os espaços formativos de Ensino Superior como dispositivos potentes para a transformação dos sujeitos e das relações, capazes de impactar positivamente nos desígnios de uma sociedade inclusiva. Esta produção teórica sustenta a influência da subjetividade para os processos de aprendizagem, o que suscitou o interesse nesse eixo de análise para o estudo acerca das estratégias de apoio psicopedagógico ofertadas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Logo, a revisão teórica aqui apresentada principia o desenvolvimento da pesquisa de doutorado “Repercussão das Estratégias de Apoio Psicopedagógico na Educação Superior: a produção de sentidos sob a perspectiva da Teoria da Subjetividade”, registrada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFSM, sob o número CAEE 60836522.1.0000.5346 e parecer de aprovação n. 5.571.776. Esta encontra-se em fase de imersão no campo de práticas, tendo como abordagem a Epistemologia Qualitativa de González Rey (1997) que se funda em conjunto com a Teoria da Subjetividade desse mesmo autor, e utiliza o Método Construtivo-Interpretativo para as suas análises.

### **1.1. A diferença e a produção de subjetividades**

Quando se aborda a questão da subjetividade, nesta escrita, se está referindo a uma produção humana que integra o emocional e o simbólico e que aparece interligada a história, a cultura e a vida atual do sujeito (GONZÁLEZ REY, 1997, 2003, 2004, 2006). As suas expressões são observadas a partir dos sentidos que as pessoas atribuem aos acontecimentos da vida, por isso, são mutáveis e afetadas pelas experiências sociais. Esses sentidos ou sentidos subjetivos, como conceitua González Rey (2000, 2007), são representações singulares e complexas produzidas pelos sujeitos na sua interação com a realidade concreta.

Diante disso, pode-se afirmar que as diferenças entre as pessoas foram sendo perspectivadas, ao longo da história da humanidade, a partir de como eram compreendidas naquele determinado momento, repercutindo em maneiras de se lidar com o humano e possibilitando a construção de alguns sentidos acerca do binômio exclusão x inclusão.

De modo geral, identificam-se algumas concepções acerca do que é “diferente”, que vão permeando o discurso social e caracterizando os momentos históricos como de exclusão, segregação, integração e, finalmente, de inclusão.

Na Idade Média, com o predomínio de ideias religiosas, normas e valores muito rígidos, as diferenças eram encaradas como aberrações, sendo os seus “portadores” (aspas decorrente da expressão utilizada na época, mas considerada inadequada na atualidade, por caracterizar como algo que as pessoas portassem) denominados de loucos, bruxas, malformados e, desse modo, considerados inferiores, o que resultava em exclusão da convivência com os demais, segregação em instituições asilares em prol da segurança do restante da sociedade, ou então, eram executados (MASCARO, 2013; SILVA, 2009).

Nesse tempo, predominava a lógica da padronização e normatização, que levava em conta alguns critérios e normas que eram considerados corretos e aceitáveis e deveriam ser seguidos por todos, e quem não correspondesse a esses padrões era excluído. Essa visão segregacionista só deu passagem a um pensamento mais integrativo quando médicos educadores, grupos sociais e associações profissionais começaram a reivindicar direitos às pessoas que eram reclusas nas instituições, em péssimas condições de higiene e cuidados (SILVA, 2009).

Entretanto, somente em meados do séc. XX, a partir da atuação da Educação Especial, é que o desenvolvimento dos ditos deficientes começou a ter importância, o que fez com que paulatinamente eles fossem desinstitucionalizados, passando a ocupar os espaços públicos. Em ocasião disso, nas décadas de 1970 e 1980, foram sendo criadas leis Nacionais e Internacionais que previam o acolhimento e o tratamento dessas pessoas “diferentes” (grifo autores), seguindo a premissa da inserção na sociedade.

Destaca-se, principalmente, o papel da Constituição de 1988 na construção deste novo cenário, em que a inclusão da diversidade se tornou lei (BRASIL, 1988).

Contudo, considerando que grandes mudanças coletivas ocorrem de forma lenta e gradativa, nessa modalidade de sociedade, cujo lema era da integração das diferenças, ainda se considerava que existiam os normais e os que diferiam da norma, e sobre os quais era colocado o peso de se adaptarem ao que era proposto para todos. No que compete ao contexto escolar, cada aluno individualmente precisava fazer as modificações necessárias em si mesmo, para ficar o mais próximo possível dos demais e assim se adequar (CUNHA; ROSSATO, 2015). Desse modo, as diferenças não eram vistas como algo esperado, mas como situação que precisava ser tratada para poder atingir um patamar de normalidade. Logo, ainda imperava o modelo da normalização das diferenças.

Na década de 1990 esse panorama foi se modificando, impulsionado por duas Conferências Mundiais, a de Educação para Todos e a de Educação Especial, que resultaram no compromisso político para a criação de estratégias para a superação da exclusão e a garantia de igualdade de acesso à educação para todos (DEIMLING; MOSCARDINI, 2012). Além disso, as Declarações originadas por meio dessas Conferências, dentre as quais se destaca a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) pela representatividade para a Educação Especial, são documentos importantes para a ruptura aos princípios anteriores de homogeneização, padronização e normalização.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, juntamente com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001 (BRASIL, 2001a) – e o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001b), foram responsáveis pela consolidação da Educação Inclusiva como política educacional oficial do Brasil (MASCARO, 2013).

Destarte, com a introdução dos referenciais inclusivos, inicia uma mudança de paradigma acerca das diferenças, se configurando como o principal objetivo do processo de inclusão a criação de uma escola e uma sociedade diferentes, onde todos possam atuar e usufruir, sem discriminação e preconceitos, e reverberando em espaços nos quais as singularidades dos sujeitos sejam evidenciadas como algo interessante, despertando o interesse pelo que é diferente e inusitado.

A diferença, a partir dos propósitos inclusivos, deixa de ser vista como um distanciamento a um padrão de normalidade, passando a ter uma nova conotação, que é também a que se defende no presente artigo.

Alinhada à ótica da educação inclusiva, a diferença passa a ser compreendida como o que caracteriza o sujeito a cada momento, o tornando singular e autor das suas decisões. A diferença seria simplesmente diferença, como defende Skliar (2006), e não algo pior ou melhor, positivo ou negativo. E,

ao se poder vislumbrá-la simplesmente como diferença, se possibilita que as pessoas possam “ser” na vida, produzir a sua identidade conforme seus próprios pressupostos.

Nessa nova conjectura, a escola, a universidade e demais espaços sociais, seriam mediadores dos processos de desenvolvimento dos sujeitos, exercendo a função de dispositivo para a efetivação da inclusão num âmbito mais global.

Para que essa tarefa se torne possível, é importante a introdução das discussões sobre as diferenças como tema transversal tanto na Escola Básica como no Ensino Superior, em consonância com as concepções da Educação Inclusiva.

No limite desta escrita, se propõe um avanço na compreensão das relações humanas, dos sujeitos e as suas diferenças, tendo como respaldo teórico a Epistemologia Qualitativa e a Teoria da Subjetividade, ambas criadas por González Rey (1997), e as contribuições do campo da Psicopedagogia (ANDRADE, 2003; FERNÁNDEZ, 2001), como possibilidades de análise que priorizam a produção de sentidos e a visibilidade dos sujeitos a partir do conceito de sujeito-autor.

A Epistemologia Qualitativa foca na inseparabilidade entre teoria e prática para se pensar os acontecimentos da vida; provendo legitimidade às ideias dos sujeitos, pois, para González Rey, é a partir das ideias e reflexões dos sujeitos que se produz conhecimento (GONZÁLEZ REY, 2014).

Nesta lógica, no que tange aos estudantes universitários, acredita-se que a produção de pensamento e de modelos de inteligibilidade sobre o mundo, é o que os transforma em sujeitos na engrenagem de ensino-aprendizagem da qual participam. Sendo assim, é necessário que se dê importância a três princípios apresentados por González Rey para caracterizar a Epistemologia Qualitativa e que também podem ser utilizados para analisar as vivências dos estudantes no Ensino Superior, impactando positiva ou negativamente sobre o percurso acadêmico.

O primeiro versa sobre o **caráter dialógico** do processo de construção do conhecimento, que se refere ao espaço de comunicação permanente entre os sujeitos, por meio do qual as falas, os silêncios, os gestos e os imprevistos, fornecem elementos essenciais acerca da subjetividade dos participantes, atribuem sentido às relações e proporcionam o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos (GONZÁLEZ REY, 2011, 2017, 2019).

O segundo atributo, confere importância à **singularidade**, seja das situações, dos processos envolvidos ou dos participantes da trama educacional, ressaltando que cada acontecimento resultará num modo particular e único de se configurar a realidade para cada sujeito. Diante disso, se compreende que as subjetividades dos estudantes devem receber atenção ao longo do processo educacional, pois é a partir das situações singulares que se alcançarão desenvolvimentos ímpares e se prevenirá a reprodução da

violência que vem causando tantos danos e repetidas exclusões. González Rey explica a relevância desse atributo, afirmando que:

[...] A significação epistemológica da singularidade está estreitamente relacionada ao valor teórico da subjetividade no estudo do homem, a cultura e a sociedade, dimensões que se constituem, de forma permanente entre si, na condição subjetiva que define a ontologia desses três sistemas complexos da realidade (GONZÁLEZ REY, 2017, p. 13).

Além desses dois atributos que caracterizam a Epistemologia Qualitativa como uma abordagem orientada para a compreensão dos fenômenos humanos complexos, ainda se apresenta, como terceiro atributo, o seu caráter **construtivo-interpretativo**, que vê o conhecimento como uma produção humana, que vai ocorrendo ao mesmo tempo das experiências (GONZÁLEZ REY, 2011). Utilizando-se dessa vertente para se pensar o contexto universitário, entende-se que os sentidos e os significados vão se aprimorando e transversalizando todas as etapas da jornada acadêmica dos estudantes, num intenso processo construtivo e formativo de sentidos subjetivos sobre as suas vivências, se constituindo, desse modo, num terreno fértil para se construir ideias e realizar trocas subjetivas acerca de temas tão caros como o da inclusão X exclusão e das diferenças entre as pessoas.

A partir disso, com esse olhar sobre as vivências de estudantes universitários, que visa considerar os diálogos e expressões dos sujeitos, a sua singularidade e os progressos das suas ideias e reflexões, acredita-se que se possa obter uma abordagem mais contextualizada sobre os processos de vida desses estudantes, além de dar vazão para as suas manifestações subjetivas, permitindo que se tornem sujeito-autor da sua história.

O conceito de sujeito-autor tem origem na Psicopedagogia e é pertinente para a dada análise, visto que se refere ao sujeito capaz de tomar suas próprias decisões, ser autônomo, transformar-se a partir das relações e das apropriações que faz do exterior, dando novos significados a si mesmo e ao mundo ao seu redor (ANDRADE, 2003; FERNÁNDEZ, 2001).

Nesse sentido, o sujeito se torna autor do seu pensamento quando se permite assumir uma postura diante da vida, se diferenciar e se desenvolver. Sobre isso, Andrade (2003, p. 19) destaca que:

A autoria de pensamento pressupõe espaços de liberdade que se constituem a partir da aceitação das diferenças e do prazer em pensar. E se constitui na medida em que o sujeito possa conceber-se diferente do outro e sinta-se autorizado por este outro a diferenciar-se. O prazer estará na descoberta da possibilidade de criar um objeto sobre o qual terá posse, podendo ainda autorizar ou não que seja conhecido pelo outro.

Entretanto, essas questões perpassam modos de compreender o mundo e aspectos interiores do ser, que são afetados pelo contexto e que certamente influem na construção e concepção da subjetividade. Dessa forma, se destaca que no Ensino Superior, as situações de disparidade (social, econômica, étnico-

racial) e exclusão acarretam, muitas vezes, em dificuldades de aprendizagem, desistência do curso e evasão universitária. Para tentar conter tais situações, foram criadas políticas, programas e serviços de apoio aos estudantes (BRASIL, 2010; BRASIL, 2013; DIAS et al., 2020). Essas ações são estratégias potentes que auxiliam os alunos a enfrentarem as dificuldades encontradas durante a trajetória acadêmica, e incrementam as lutas contra todas as formas de discriminação.

Ainda que se reconheça a importância desses movimentos em prol de um ensino universitário de melhor qualidade e de luta contra as formas de exclusão social, é preciso que outros espaços de diálogo sejam criados por autores cujas subjetividades sejam legitimadas nesse campo.

## **Considerações Finais**

O presente estudo que teve como objetivo versar sobre as diferenças, a importância da valorização do que é singular e significativo de cada um e a defesa da produção de subjetividade pelo viés do diálogo e da autoria de pensamento, finaliza com mais questionamentos: como remediar as situações de desvalorização e exclusão no âmbito universitário? Como possibilitar que as diferenças sejam vistas como oportunidade para a construção de uma sociedade, efetivamente, inclusiva para todos?

Partindo-se dessas contribuições, espera-se que essa discussão teórica quando e se estendida ao âmbito acadêmico, tenha reflexos sobre a vivência de estudantes universitários, pois prevê a existência de espaços dialógicos dentro das instituições de Ensino Superior, nos quais a subjetividade possa aflorar, e as diferenças passem a ser vistas como algo prioritário para a construção de um ambiente democrático, contrário a preconceitos e discriminações.

O desenvolvimento da subjetividade pode ocorrer por meio da transversalização do caráter dialógico, da singularidade e do caráter construtivo-interpretativo. Diante disso, a valorização das singularidades e subjetividades no ambiente universitário, e a criação de espaços permanentes de comunicação, reflexão e construção e reconstrução de sentidos subjetivos a partir das experiências dos sujeitos pode vir a ser uma prioridade para todos. Como um avanço no conhecimento propriamente dito, o estudo autoriza levar o pensamento para o campo subjetividade, e conta-se com esse olhar e escuta das vivências cotidianas dos estudantes para que se produza a autonomia no pensamento e na expressão da diferença, não mais o seu apagamento, mas a sua exaltação como possibilidade de transformação dos sujeitos em autores da sua própria vida.

Foram identificadas limitações no estudo, que usou especialmente a abordagem de González Rey e da Psicopedagogia, e que embora tenha sido a proposição da análise, demonstrou possibilidades para que esse mesmo objeto de estudo venha a ser analisado a partir de outras teorias, efetuando análises teóricas comparativas.

## Referências

- ANDRADE, M.S. **O prazer da autoria e a construção do sujeito autor**. São Paulo: Memnon, 2003.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 5, 20 jul. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 jun. 2021.
- COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.
- COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Y8zKhQs4W7NYgbCtzYRP4Tb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- CUNHA, R.; ROSSATO, M. A singularidade dos estudantes com deficiência intelectual frente ao modelo homogeneizado da escola: reflexões sobre o processo de inclusão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 28, n. 53, p. 649-664, set./dez. 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X16288> Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/16288>. Acesso em: 28 mar. 2021.
- DEIMLING, N. N. M.; MOSCARDINI, S. F. Inclusão escolar: política, marcos históricos, avanços e desafios. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 12, p. 3-21, 2012. DOI 10.22633/rpge.v0i12.9325. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9325> Acesso em: 14 maio 2021.
- DIAS, C. E. S. B. *et al.* (Org.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 518p.
- FERNÁNDEZ, A. **O Saber em Jogo**: A Psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- GONZÁLEZ REY, F. L. A Epistemologia Qualitativa vinte anos depois. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; GONZÁLEZ REY, F. L.; PUENTES, R. V. (Org.). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade**: discussões sobre educação e saúde. Uberlândia: EDUFU, 2019.
- GONZÁLEZ REY, F. L. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 24, p. 155-179, 1. sem. 2007.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Epistemología cualitativa y subjetividade**. La Habana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación, Playa, 1997.

GONZÁLEZ REY, F. L. Ideias e modelos teóricos na pesquisa construtivo-interpretativa. *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, A.; NEUBERN, M.; MORI, V. D. (Org.). **Subjetividade contemporânea: discussões epistemológicas e metodológicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

GONZÁLEZ REY, F. L. La categoría sentido y su significación em la construcción del pensamiento psicológico. **Contrapontos**, v. 1, n. 2, 2000.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O social na psicologia e a psicologia no social: a emergência do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GONZÁLEZ REY, F. L. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. *In*: TACCA, M. C. V. R. **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Ed. Átomo e Alínea, 2006.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MAGNAGO, C. F.; SCHMITZ, D. dos A.; PAVÃO, S. M. de O. Considerações sobre saúde e inclusão para qualidade de vida de estudantes universitários. **Linhas Críticas**, [s.l.], v. 27, p. e36827, 2021. DOI 10.26512/lc27202136827. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36827>. Acesso em: 20 maio 2022.

MASCARO, C. A. A. C. Políticas e Práticas de Inclusão Escolar: Um diálogo necessário. **Rev. Faculdade de Educação**, Mato Grosso, v. 19, ano 11, n. 1, p. 33-55, jan./jun. 2013. Disponível em: [http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol\\_19/artigo\\_19/33\\_55.pdf](http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_19/artigo_19/33_55.pdf). Acesso em: 08 abr. 2021.

VASCONCELOS, I. Interferência cultural-ideológica e inclusão educacional. *In*: CALIMAN, G.; VASCONCELOS, I.(Orgs.). **Jovens universitários: entre a inclusão e a exclusão**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, 2019, 180 p.

SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G. A. **O conceito de afiliação estudantil como ferramenta para a gestão pedagógica da educação superior**. [S.l.: s.l.], 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dyyQef>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SILVA, M. O. E. da. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 135-153, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502009000100009&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100009&lng=pt&nrm=isso). Acesso em: 01 abr. 2021.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. *In: RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, 2006. p. 16-34.

SULKOWSKI, M. L.; JOYCE, D. J. School psychology goes to college: the emerging role of school psychology in college communities. *Psychology in the Schools*, [s.l.], v. 49, n. 8, p. 809-815, set. 2012.

UNESCO. **Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)**: Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.

Recebido em: 19-09-2022

Aceito em: 15-03-2023

Endereço para correspondência:

Nome Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan

Email [lidiene.marchesan@acad.ufsm.br](mailto:lidiene.marchesan@acad.ufsm.br)



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)